

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.020 - DF
(2019/0266907-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : HEIL ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADO : RODRIGO DE ASSIS SOUZA - DF012086
EMBARGADO : LA TORRE - CLUBE DA CULTURA E LAZER LTDA
ADVOGADO : KATHIA AGUIAR ZEIDAN - DF031330
EMBARGADO : GIOVANA - COMERCIO E REFORMAS LTDA
ADVOGADOS : NADER FRANCO DE OLIVEIRA - DF005712
FABIO FERREIRA FRANCO DE OLIVEIRA - DF017586
EMBARGADO : VGS PRODUCOES S/A
ADVOGADOS : JAQUES FERNANDO REOLON - DF022885
VICTOR MATHEUS SCHOLZE DE OLIVEIRA - DF039503
MURILO QUEIROZ MELO JACOBY FERNANDES - DF041796
RHUAMA CALADO AMORIM - DF052885
ANA LUIZA QUEIROZ MELO JACOBY FERNANDES -
DF051623

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração em face de decisão de fls. 602/606 em que a embargante busca esclarecimentos a respeito da majoração dos honorários em grau de recurso.

Alega que o dispositivo, nos moldes em que lançado, é passível de dupla interpretação, ou seja, *"na primeira - que a agravante crê ser correta -, tendo os honorários sido fixados em 10% sobre o valor da causa, e majorados em 10%, os honorários recursais seriam de 1%, totalizando 11%. Na segunda, o percentual de 10% seria majorado em mais 10%, totalizando 20%"* (e-STJ, fl. 609)

Intimadas, as partes embargadas apresentaram impugnação (fls. 612/614 e 615/620, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico que a decisão embargada não padece de omissão, obscuridade, contradição ou mesmo erro material, o que impede o acolhimento dos embargos de declaração, nos termos do art. 1022 do Código de Processo Civil de 2015.

No que concerne à majoração do percentual fixado a título de honorários em grau de recurso, esclareço que esse deverá incidir sobre a quantia já arbitrada pela Corte de origem em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos no art.

Superior Tribunal de Justiça

85, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil/15, o que totaliza, na hipótese, um percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora